

Janus dividido: uma revisão bibliométrica da literatura brasileira sobre partidos e políticas públicas

Janus divided: a bibliometric review of the Brazilian literature on parties and public policies

Janus dividido: una revisión bibliométrica de la literatura brasileña sobre partidos y políticas públicas

André Marengo dos Santosⁱ ¹ e Maurício Michel Rebelloⁱⁱ ²

¹Universidade Federal do Rio Grande do Sul

²Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Resumo

As democracias representativas necessitam de políticas públicas e de partidos políticos. Disso, resulta uma combinação na qual a Ciência Política deveria atuar enquanto campo epistêmico. Nesse sentido, este artigo realiza uma revisão bibliográfica sistemática sobre a relação entre partidos políticos e políticas públicas. A partir da plataforma Scielo, foram coletados dados sobre artigos que tratassem do tema. Feito isso, utilizaram-se os programas Zotero, N-Vivo e VOSviewer para realizar a análise. Constatou-se que partidos políticos possuem uma aproximação maior com eleições, sistemas partidários e carreiras políticas, ao passo que políticas públicas possuem maior relação com burocracias, capacidades estatais e judicialização. Além disso, os resultados indicam que os campos de estudos de políticas públicas e de partidos políticos possuem uma relação muito pequena entre si, com poucos artigos realizando uma articulação conjunta entre os dois termos. Desse modo, afirma-se a necessidade de preenchimento de tal lacuna, tornando uma agenda de estudos necessária às futuras gerações de politólogos.

Palavras-chave: partidos políticos; políticas públicas; revisão bibliométrica.

Abstract

Representative democracies need public policies and political parties. This results in a combination in which Political Science should act as an epistemic field. In this sense, this article performs a systematic bibliographic review on the relationship between political parties and public policies. From the Scielo platform, data were collected on articles that dealt with the subject. After that, Zotero, N-Vivo and VOSviewer programs were used to perform the analysis. It was found that political parties are more closely related to elections, party systems and political careers, while public policies are more closely related to bureaucracies, state capabilities and judicialization. Furthermore, the results indicate that the fields of studies of public policies and political parties have a very little relationship between them, with few articles making a joint articulation between the two terms. In this way, the need to fill this gap is affirmed, making a necessary study agenda for future generations of political scientists.

Keywords: political parties; public policies; bibliometric review.

Resumen

Las democracias representativas necesitan políticas públicas y partidos políticos. Esto da como resultado una combinación en la que la Ciencia Política debe actuar como un campo epistémico. En este sentido, este artículo realiza una revisión bibliográfica sistemática sobre la relación entre los partidos políticos y las políticas públicas. A partir de la plataforma Scielo, se recolectaron datos sobre artículos que trataron el tema. Posteriormente, se utilizaron los programas Zotero, N-Vivo y VOSviewer para realizar el análisis. Se encontró que los partidos políticos están más relacionados con las elecciones, los sistemas de partidos y las carreras políticas, mientras que las políticas públicas están más relacionadas con las burocracias, las capacidades estatales y la judicialización. Además, los resultados indican que los campos de estudios de políticas públicas y de partidos políticos tienen muy poca relación entre ellos, siendo pocos



Revista E-Legis

ISSN:

2175-0688

DOI:

10.51206/elegis.v17i42.858

Seção:

Artigos

Autor para contato:

André Marengo dos Santos

Editores-chefes:

Antonio Teixeira de Barros

Fabiano Peruzzo Schwartz

Mauro Moura Severino

Recebido em:


5 de dezembro de 2023

Aceito em:

29 de abril de 2024

Publicado em:

29 de abril de 2025

Esta obra tem a licença
"CC BY 4.0". 

ⁱE-mail: amarencoufrgs@gmail.com

ⁱⁱE-mail: mmrebello@yahoo.com.br

los artículos que realizan una articulación conjunta entre ambos términos. De esta manera, se afirma la necesidad de llenar este vacío, haciendo necesaria una agenda de estudios para las futuras generaciones de politólogos.

Palabras clave: partidos políticos; políticas públicas; revisión bibliométrica.

1 Introdução¹

Ao isolar o desafio das democracias constitucionais em equilibrar custos decisórios com riscos externos — como a legitimidade —, Sartori (1984) as associou com a representação pictórica de *Janus*, o deus romano das portas, dotado de uma face interna e outra externa. Descendo alguns degraus na escala de abstração sugerida pelo mesmo Sartori (1984), pode-se considerar que partidos políticos são as instituições que permitiram equacionar os custos decisórios das democracias representativas, enquanto políticas públicas forneceram as utilidades que minimizaram riscos externos à legitimidade das democracias liberais. É de se esperar, assim, que partidos e políticas estejam usualmente conectados no tratamento analítico convencional a eles conferido pelos cientistas políticos.

Seguindo uma trilha *downsiana*, partidos são equipes voltadas à conquista de governos para a obtenção de cargos. Para isso, “partidos formulam políticas a fim de ganhar eleições, e não ganham eleições a fim de formular políticas” (Downs, 1999, p. 50). Em paralelo, políticas públicas são o resultado de decisões governamentais acerca de preferências orçamentárias e fiscais. Há uma longa tradição baseada na desconfiança quanto às decisões coletivas, do “paradoxo do voto” (Condorcet), passando pelo “teorema da impossibilidade” (Arrow), até os “ciclos de maioria” (Riker). A resposta para a efetividade de governos representativos em contornar a intransitividade de escolhas coletivas sobre a produção de bens públicos passa pela emergência de sistemas partidários capazes de prover identidades representativas e pacotes transitivos de políticas públicas (Katz; Mair, 1994; Manin, 1995; Przeworski; Stokes; Manin, 1999).

Na Ciência Política, acredita-se que exista uma relação lógica entre partidos e políticas públicas. Isso pode ser encontrado, por exemplo, no teorema do *median voter* e nos modelos de voto retrospectivo *downsianos*, em que preferências eleitorais e utilidades derivadas da oferta de bens e serviços públicos estão normalmente associadas. Ideologias representam, no mercado eleitoral, ferramentas para a captação de votos pelos partidos ao mesmo tempo que atalhos cognitivos para eleitores, permitindo-lhes antecipar políticas futuras por meio de uma economia de informação no momento de decidir o voto. A posição do *median voter* permite inferir a probabilidade de políticas redistributivas (renda mediana inferior à média) ou liberais, quando a mediana está próxima à média (Downs, 1999).

Em convergente direção, podem ser encontradas teorias de governos partidários, quando clivagens ideológicas e partidárias são consideradas como preditoras para a definição de preferências governamentais sobre programas públicos. Assim, Esping-Andersen (1990) explica variações no escopo e tipo de programas sociais nos *welfare states* como função de diferenças nacionais em partidos e coalizões partidárias. Posteriormente, Muller e Strom (1999) indicaram como partidos não desenvolveram características isomórficas, adotando orientações *vote*, *office* ou *policy-seeker*. Mesmo quando a conquista de postos adquire prioridade na ordem de preferências partidárias, isso poderia indicar condição para a ampliação de influência sobre a agenda de políticas públicas (Budge; Laver, 1986). Políticas distributivas seriam mais prováveis sob estruturas de oportunidade eleitoral favoráveis ao *credit claiming* como nos distritos uninominais (Mayhew, 1974). A teoria da agência explorou, exaustivamente, perdas de delegação na definição de preferências de programas governamentais a partir das assimetrias geradas entre eleitores-governos-burocracias (Fiorina, 1981; McCubbins; Noll; Weingast, 1989; Przeworski; Stokes; Manin, 1999). Por outro lado, para Huber e Powell (1994), o formato de sistemas partidários e competição eleitoral moldaria a congruência entre cidadãos e *policy makers* sobre preferências de políticas

¹ Os autores agradecem imensamente aos valiosos comentários dos pareceristas, que permitiram uma melhora substancial do artigo.

públicas. A teoria política tem se debruçado há mais de um século sobre o problema de como tomar decisões coletivas que sejam estáveis ao longo do tempo, dado que as pessoas possuem interesses e valores diferentes na tomada de decisão. Assim, várias teorias surgiram — como o paradoxo de Condorcet, a intransitividade de preferências e os ciclos de maioria —, e, mesmo diante das dificuldades de tomada de decisão, partidos teriam induzido equilíbrios responsáveis por longa estabilidade das democracias representativas (Wittman, 1995). Tsebelis e Ha (2013) exploraram a combinação entre poder de veto e de agenda sobre a dinâmica de *policy making* e estabilidade/mudança no *status quo* de políticas.

Nexos entre a competição partidária e agenda de políticas públicas podem ser encontrados, em mão contrária, na proposição de Lowi (2009) de que *policies determine politics*. Quando políticas envolvem a redistribuição de recursos existentes, gerando disputas de tipo soma-zero, com perdedores e ganhadores identificáveis, ou ainda, a regulação de agentes privados, devem-se esperar maior conflito, ativação de ideologias, grandes coalizões e decisões governamentais centralizadas. Por outro lado, políticas que geram benefícios desagregados e concentrados e alocam custos de modo difuso e de baixa percepção possuem baixo potencial de conflito e arenas descentralizadas (Lowi, 2009).

O seminal trabalho de Souza (1976) adotou este último modelo para explicar características do sistema partidário brasileiro de 1945-65. A antecedência de uma burocracia governamental, forjada especialmente a partir da criação do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP) em 1938 e dotada de atribuições na formulação e execução de políticas estratégicas, teria legado às organizações partidárias margem residual de ação, delimitada às arenas distributivas.

As agendas de estudos sobre partidos políticos e políticas públicas no Brasil têm recaído sobre comportamento eleitoral, organização partidária, regras e legislação eleitoral, bancadas e votações legislativas, coalizões partidárias, seleção de carreiras políticas, propaganda e *marketing* eleitoral, sendo alguns dos tópicos em que se podem encontrar expressivo número de trabalhos sobre os partidos políticos brasileiros (Bolognesi, 2020; Figueiredo; Santos, 2016; Limongi; Almeida; Freitas, 2016). Paralelamente, investigações sobre agenda, implementação, impactos e avaliação de políticas públicas ganharam expressão, especialmente após a Constituição Federal de 1988 (Batista; Domingos; Vieira, 2020; Brasil; Capella, 2016; Marengo; Strohschoen, 2018; Marques; Souza, 2016). As perguntas que guiam este trabalho são: em que medida trabalhos relacionam políticas públicas e partidos políticos como variáveis dependentes entre si? Existem trabalhos que afirmam, por exemplo, que partidos políticos de esquerda possuem decisões distintas na aplicação de *policies*? Partidos mais conservadores elaboram uma política econômica divergente da elaborada pela esquerda? Quais são os resultados apresentados pelos partidos em termos de políticas públicas aplicadas?

Os resultados encontrados frustram esta expectativa e revelam um quadro distinto da tradição analítica destacada acima, indicando distância nas agendas de investigação de pesquisadores brasileiros sobre partidos e políticas públicas. Como explicação tentativa, acredita-se que a defasagem temporal no desenvolvimento institucional da Ciência Política brasileira — possível de ser identificada na formação de programas de pós-graduação — fez com que a expansão do campo de políticas públicas fosse impulsionada por áreas como Saúde Pública, Educação e Sociologia, resultando em menor prestígio de ferramentas analíticas baseadas em categorias políticas e institucionais de investigação.

Para buscar responder a isso, o trabalho está organizado da seguinte forma: além desta apresentação, a segunda seção explicita dados e materiais empregados, bem como procedimentos metodológicos utilizados na pesquisa. A terceira seção promove uma revisão bibliográfica sistemática da literatura sobre políticas públicas no Brasil e procura identificar o uso analítico de partidos em seu interior, bem como procura oferecer respostas para os resultados obtidos. A quarta seção isola, nesta revisão bibliográfica, trabalhos que consideram simultaneamente partidos e políticas públicas, buscando observar o tratamento adotado nestes trabalhos e, especialmente, a atribuição a partidos ou políticas públicas como variável explicativa ou, ainda,

quando estas categorias não estão relacionadas de modo causal. Finalmente, a última seção procura destacar as contribuições deste estudo para a Ciência Política brasileira, bem como possíveis desdobramentos futuros desta investigação.

2 Materiais e métodos

Os dados utilizados neste trabalho foram obtidos por meio de uma revisão bibliográfica sistemática, realizada na base de dados Scielo. A escolha desta base se deu pela sua importância no âmbito científico brasileiro, pois reúne periódicos de alta qualidade e é utilizada para a confecção de *rankings* como o Qualis, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Além de descrever os estudos analisados, esta revisão bibliográfica busca demonstrar um amplo conhecimento da literatura existente e uma avaliação crítica da qualidade dela, indo além da mera síntese dos trabalhos e incorporando uma análise aprofundada, com atenção especial para a inovação conceitual.

Existem diferentes tipos de revisões, como a revisão crítica, na qual o autor tem conhecimento prévio sobre o tema e tenta avaliar conceitos de maneira abrangente, sem avaliar especificamente os parâmetros das obras estudadas. Já a *scoping review*, ainda que também abrangente, delimita um marco temporal, já realiza abordagens que contabilizam a quantidade de ocorrências em que a temática é apresentada e, eventualmente, já introduz o tipo de metodologia e outras características dos textos estudados. Optou-se, neste artigo, pela revisão sistemática, que possui como características: sistematizar revisões e resultados de pesquisas; dispor de critérios de exclusão e inclusão sobre a qualidade das pesquisas; apresentar quadros e tabelas para sistematizar os achados; estabelecer o estado atual de conhecimento sobre o tópico; e propor abordagens para futuras pesquisas (Codato; Lorencetti; Prata, 2021).

Considerando a pergunta de partida definida, buscando evidências no campo e com o objetivo de tornar público e transparente o procedimento utilizado, explicitou-se que, em diferentes etapas do trabalho, foram empregados quatro conjuntos de descritores: (1) “Políticas AND Públicas”, (2) “Partido*”, (3) “Ciência” AND “Política” e (4) “Políticas AND Públicas AND Partido*”. Embora Ciências Humanas e Sociais Aplicadas apresentem elevada concentração da produção sobre partidos, além destas, também Ciências da Saúde possuem elevada participação nas publicações sobre políticas públicas, e mesmo as demais áreas possuem registros não negligenciáveis. Dessa forma, para evitar vieses à análise, optou-se por considerar todas as áreas temáticas. Publicações sobre partidos fora de Humanidades e Sociais Aplicadas foram cheçadas para verificar se o vocábulo estava empregado no sentido de organização política ou outro significado, sendo, neste caso, excluído. Visando permitir uma linha temporal mais longa, não foi estabelecido intervalo temporal.

Adotou-se o *software* VOSviewer, que, a partir de metadados gerados pela revisão realizada na Base Scielo, elabora mapas bibliométricos baseados em citações. Palavras-chave definem os nós, e a afinidade entre nós conforma *clusters*. Maior proximidade entre nós e *clusters* equivale à afinidade entre eles.

Uma síntese dos procedimentos de revisão sistemática pode ser conferida na Figura 1. As informações decorrentes dos descritores “Políticas AND Públicas” e “Partido*” foram utilizadas para gerar séries temporais das respectivas produções científicas. Assim, foram encontrados 49 artigos que contêm — no título, no resumo ou nas palavras-chave — tais descritores reunidos simultaneamente. Elas foram salvas em formato RIS e importadas para o *software* NVivo de análise qualitativa. Inicialmente, foi realizada a contagem de palavras, considerando-se as 50 mais frequentes após o descarte de vocábulos com menos de quatro caracteres e aqueles genéricos como “sobre”, “número”, “estudo”. Nesta etapa, foram mobilizados recursos de série temporal e análise de *cluster* e de conteúdo.

3 Políticas públicas sem política?

Em conhecida definição, Dye (1972, p. 2) delimitou políticas públicas como aquilo que “governos decidem fazer ou não fazer”. Embora pareça óbvio, políticas públicas somente existem

Figura 1 – Filtros para busca SciELO

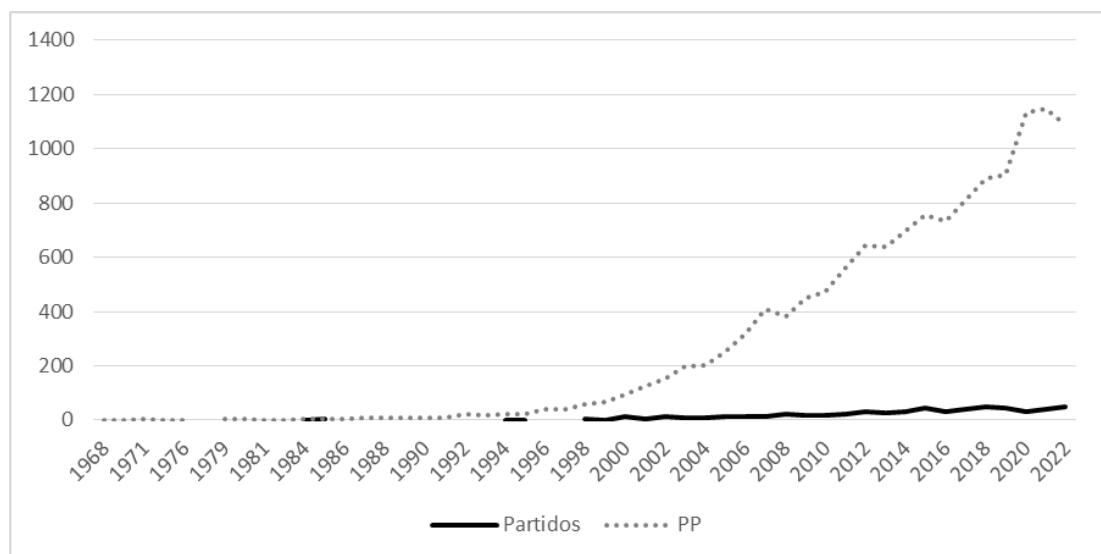
Pesquisa inicial	Descritores: 1 “Políticas Públicas” 2 “Partido*” 3 “Ciência” AND “Política” 4 “Políticas AND Públicas” AND “Partido*”
Primeiro filtro	COLEÇÕES: Brasil
Segundo filtro	PERIÓDICO: Todos
Terceiro filtro	IDIOMA: Todos
Quarto filtro	ANO DE PUBLICAÇÃO: Todos
Quinto filtro	SCIELO ÁREAS TEMÁTICAS: Todas
Sexto filtro	TIPO DE LITERATURA: Artigo

Fonte: elaboração própria (2023).

após serem aprovadas e executadas por instituições públicas. Antes, o que existe são demandas, interesses, ideias, crenças, propostas, problemas, alternativas, reverberados por movimentos sociais, coalizões de defesa, grupos de interesse, *lobbies*, cuja saliência parte da literatura confunde com *policies per se*. Diferentemente destes, partidos formam governos e tomam parte de decisões sobre prioridades governamentais, ocupando lugar central em processos de *policy decision making*. Se isso for correto, implica que regras e processos de decisão são relevantes para a probabilidade de que políticas sejam adotadas. De forma mais explícita, políticas públicas resultam de um *trade-off* entre tributos e orçamento, promovidos por governos e legislativos. Partidos políticos corresponderam nas democracias liberais ao lugar de engrenagem central, promovendo atalhos cognitivos para fora e transitividade de escolhas coletivas para dentro, entre bancadas e gabinetes partidários.

Seria de se esperar, assim, que partidos fossem agentes relevantes e frequentes nas investigações sobre políticas públicas no Brasil. A resposta pode ser vista na Figura 2, que coteja o número anual de publicações sobre políticas públicas e sobre partidos, extraídas da Base Scielo, entre 1968 e 2022, a partir das palavras-chave, títulos e resumos dos artigos.

Figura 2 – Artigos publicados de partidos e políticas públicas (Base Scielo, 1968-2022)



Fonte: elaboração própria (2023).

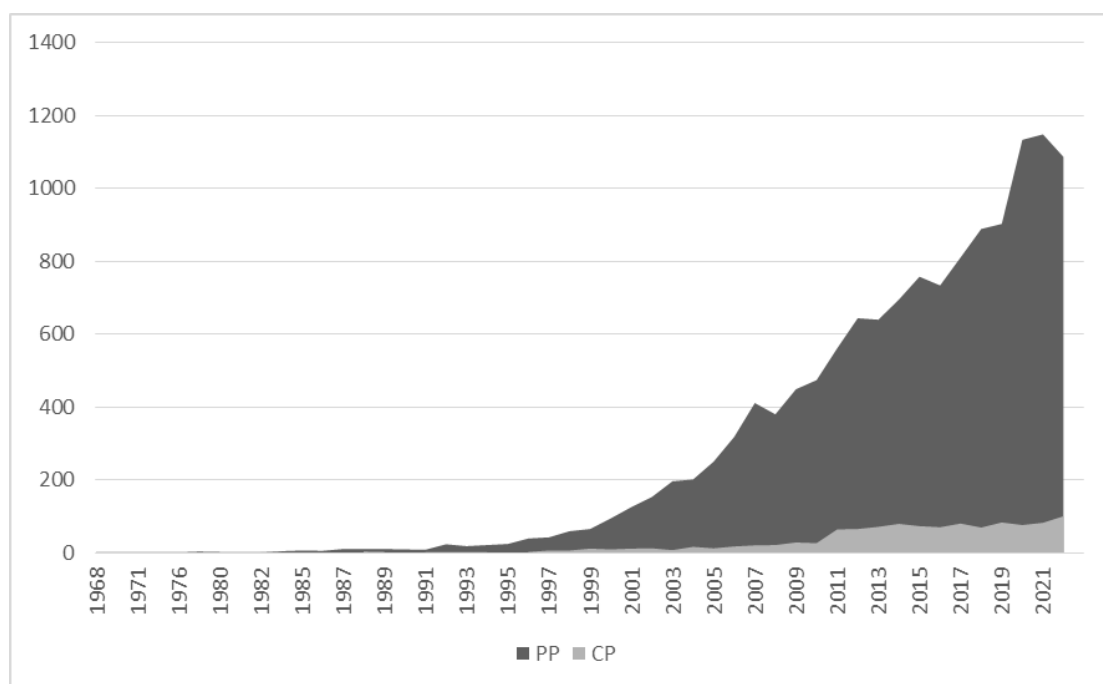
Contrariando expectativas, os resultados mostram um divórcio litigioso entre as áreas temáticas de políticas públicas e de partidos políticos, ao menos na produção científica nacional.

Para um total de 13.180 artigos publicados sobre políticas públicas no intervalo de 54 anos, foram encontrados apenas 575 sobre partidos no mesmo período. Essa defasagem torna-se mais saliente especialmente a partir do início dos anos 2000, e pode ser compreendida como resultado de dois fatores: (1) a expansão de programas sociais e políticas públicas após a Constituição Federal de 1988 (Arretche; Marques; Faria, 2019; Brasil; Capella, 2019; Sátyro *et al.*, 2019); e (2) o perfil multidisciplinar adquirido pela constituição do campo de políticas públicas no Brasil, a presença expressiva de pesquisadores das áreas de Saúde, Educação e Sociologia, e, mais marginal, de Ciência Política, Economia e Administração Pública (Marenco; Strohschoen, 2018).

A expansão tardia da Ciência Política no Brasil representa a primeira pista para explicar esse processo. A *Associação Brasileira de Ciência Política* é fundada em 1986 e tem seu primeiro encontro realizado apenas em 1996. Em contraste, verifica-se a distância temporal para a criação: da *Asociación de Ciencias Políticas y Sociales* na Venezuela (1915); de uma primeira associação científica na Argentina, a *Asociación Argentina de Ciencia Política* (1957); da *Asociación Chilena de Ciencia Política* (1966); de uma segunda organização argentina, a *Sociedad Argentina de Análisis Político* (1983); do *Colegio Nacional de Ciencias Políticas y de la Administración Pública*, primeira associação mexicana constituída em 1974 e extinta em 2006; e, ainda, de nova *Asociación Chilena de Ciencia Política* (1983) (Bulcourf; Márquez; Cardozo, 2014). O ingresso da Ciência Política no sistema nacional de pós-graduação verifica-se em 1969, com a criação de mestrados em Ciência Política na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e em Ciência Política e Sociologia no antigo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ). O primeiro doutorado da disciplina é criado em 1974, na Universidade de São Paulo, e o segundo doutorado (IUPERJ) somente ocorrerá em 1980. Dezesesseis anos serão necessários para a criação do terceiro doutorado, em 1996, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Três décadas após a fundação da Ciência Política na pós-graduação, contavam-se apenas três programas com formação doutoral.

A discrepância entre a expansão da Ciência Política e o campo de políticas públicas no Brasil pode ser mensurada ao se promover busca sistemática na Base Scielo, a partir dos descritores booleanos “Política* AND Pública*” e “Ciência* AND Política*” com filtro para artigos publicados de 1968 a 2022. O resultado é apresentado na Figura 3.

Figura 3 – Artigos publicados de políticas públicas e Ciência Política (Base Scielo, 1968-2022)



Fonte: elaboração própria (2023).

Neste intervalo temporal, para um total de 1.142 *papers* publicados em periódicos científicos com o descritor “Ciência Política” e derivativos em seus respectivos títulos, palavras-chave e *abstracts*, obteve-se o total de 13.359 artigos identificados como “políticas públicas”. Ou seja, para cada artigo de Ciência Política, foram encontrados 11,7 trabalhos de políticas públicas.

Ângulo adicional sobre a composição do campo de políticas públicas no Brasil pode ser obtido desagregando-se as publicações com base no critério de “áreas-matriz”, estabelecido pela Capes. Na produção científica norte-americana e europeia, Ciência Política, Administração Pública e Economia constituíram o *core* para o desenvolvimento de *public policy*. Em contraste, no Brasil, estas três disciplinas representam apenas 16,2% da produção científica do campo de políticas públicas. Destaca-se a proporção de trabalhos das áreas de Saúde, Ciências Sociais (aqui compreendendo principalmente Sociologia e, de modo residual, História, Antropologia e Filosofia) e Educação.

Se a Ciência Política é marginal, as ferramentas analíticas disponíveis no momento de expansão do campo de políticas públicas foram fornecidas por outras comunidades epistêmicas. Os modelos analíticos de maior audiência no campo de políticas públicas provavelmente tenham sido *multiple streams* (MS), *advocacy coalition framework* (ACF) e *punctuated equilibrium theory* (PET) (Brasil; Capella, 2016). É possível identificar uma raiz comum aos três modelos, localizada no conceito de *garbage can* (Cohen; March; Olsen, 1972). Nesta perspectiva, a formação da agenda de políticas públicas é compreendida como uma “anarquia organizada”, marcada por ambiguidade e racionalidade limitada. A conversão desta complexidade em formação da agenda de políticas é definida por *inputs* e *saliências* externas: humor dos tempos e empreendedores (Kingdom, 1984), *policy images* e humor nacional, crenças como cimento para coalizões de defesa (Sabatier, 1999). Trata-se de uma geração de estudos pré-neo-institucionalista, para a qual parece haver uma conexão direta entre *inputs-outputs*, sem a caixa-preta configurada pelas instituições políticas.

Para examinar as características da produção científica em políticas públicas no Brasil, foi promovida análise de *clusters*, realizada com o emprego do *software* VOSviewer (versão 1.6.19), gerando mapas bibliométricos constituídos com base em similaridades a partir da distância bidimensional entre nós identificados em resumos, títulos e palavras-chave. Por sua vez, afinidades entre nós identificam *clusters*. Quanto mais importantes os *clusters*, maiores os rótulos e círculos. Quanto mais próximos, maiores afinidades entre eles. Foram adotados os protocolos *bibliographic data* com base em *reference manager files* por meio do emprego de arquivo RIS. O tipo de análise e método de contagem foi o de coocorrência, completo e com palavras-chave como unidade de análise. Como resultado, obteve-se a Figura 4.

Os 13,1 mil artigos científicos de políticas públicas publicados de 1968 a 2022 foram agora sistematizados em 18 *clusters* por afinidades de nós. A maioria desses e aqueles dotados com mais conexões correspondem a políticas setoriais, como saúde pública ou políticas educacionais. Partidos políticos aparecem no *cluster* 12 juntamente com movimentos sociais. O tamanho de seu rótulo e círculo e a distância em relação ao nó central indicam a posição marginal ocupada na agenda de pesquisa de políticas públicas. Por meio de procedimento de *overlay visualization*, verifica-se que publicações conectando partidos a políticas públicas são mais antigas, não permitindo inferir tendência de mudança nesse quadro. Ponto-cego pode ser localizado nas conexões entre partidos e *polícies*. A expansão de estudos de políticas públicas por cientistas políticos foi verificada sobretudo em áreas como burocracias (*cluster* 5), capacidades estatais (*cluster* 7) (Bersch; Praça; Taylor, 2017; Gomide, 2022; Grin; Abrucio, 2021; Pires; Lotta; Oliveira, 2018), e judicialização de políticas públicas (Oliveira; Madeira, 2021). Entretanto, mesmo neste caso, a participação de cientistas políticos no campo de estudos é ainda dispersa, indicada pela força de conexões dos *clusters* 9 e 13. A Figura 5 apresenta uma fotografia da Ciência Política brasileira, a partir de busca na Base Scielo, com *string* (“Ciência” AND “Política”). Novamente, arquivo RIS foi processado por meio do *software* VOSviewer, utilizando método de coocorrência de palavras-chave, com ponto de corte em mínimo de dez ocorrências.

Este procedimento gerou onze *clusters* que permitem identificar as diferentes agendas na comunidade epistêmica da Ciência Política brasileira: gênero, raça (vermelho), políticas públicas (verde), direitos humanos (azul), teoria política (amarelo), teoria normativa (lilás), participação, movimentos sociais (turquesa), eleições, partidos (laranja), democracia, mídia, representação (rosa), ciência, covid-19 (marrom), América Latina (marrom claro), sociologia, liberalismo (verde claro). Entretanto, o que mais chama a atenção na Figura 5 é a distância entre os *clusters* referentes a partidos e políticas públicas, situados em pontos extremos do território disciplinar, indicando menor afinidade entre eles.

Alguns trabalhos tentaram decifrar o resultado (*output*) das políticas públicas no Brasil a partir dos partidos políticos e da ideologia, considerando que partidos no governo produzem efeitos sobre as políticas públicas. Desse modo, são encontrados artigos os quais acreditam que práticas fiscais diferenciadas estão associadas à ideologia partidária (Arvate; Avelino; Lucinda, 2008; Klein, 2012). Outros estudos indicam que gastos sociais variam de acordo com a ideologia dos governos estaduais (Santos; Batista; Dutt-Ross, 2018). Outros, ainda, investigam a gestão ambiental (Fabre; Scheffer; Flach, 2020) e as políticas assistenciais (Moreira, 2015) de acordo com a ideologia dos partidos. Estes trabalhos utilizam o partido ou a ideologia partidária como variável independente, ainda que outras variáveis meciem a relação com a aplicação de *policies*.

De outra maneira, alguns estudos afirmam que o partido político ou a ideologia não servem como explicações na aplicação de políticas públicas. A partir de diversas funções dos governos municipais, Rodrigues (2010) indica que não há evidências de que a ideologia partidária importe em preferências alocativas. Para o caso gaúcho, há estudo que vai no mesmo sentido (Grzibowski, 2019). No caso de gastos sociais e desigualdade de renda, Sátyro (2008, 2013) não só não encontra associação, como alguns achados apontam em sentido contrário.

Nestas pesquisas, dois problemas são visíveis: o primeiro é que os trabalhos não avaliam ou monitoram uma política pública. São realizadas grandes comparações, nas quais a variável dependente é, geralmente, os gastos públicos, e supõe-se que maiores gastos são uma priorização da alocação. Porém, não necessariamente eles implicam políticas públicas eficazes ou eficientes (Brunet; Berté; Borges, 2012).

O segundo problema é a ausência de análises sobre o desenvolvimento de políticas públicas por diferentes governos partidários e, principalmente, a congruência ideológica do legislativo e da coalizão de governo. Isso porque, quando o Legislativo e o Executivo possuem preferências distintas, o resultado pode ser o *status quo*. Assim, um governo de um partido de esquerda, com um Legislativo conservador, por exemplo, pode praticar políticas públicas não condizentes com suas preferências ideológicas. Contudo, isso não significa que a ideologia não importe, mas, justamente o contrário, pois o Legislativo é quem possui maior preponderância no resultado final das políticas públicas. Desse modo, a variável independente — partido político do chefe do Executivo — pode não ser o melhor elemento preditivo.

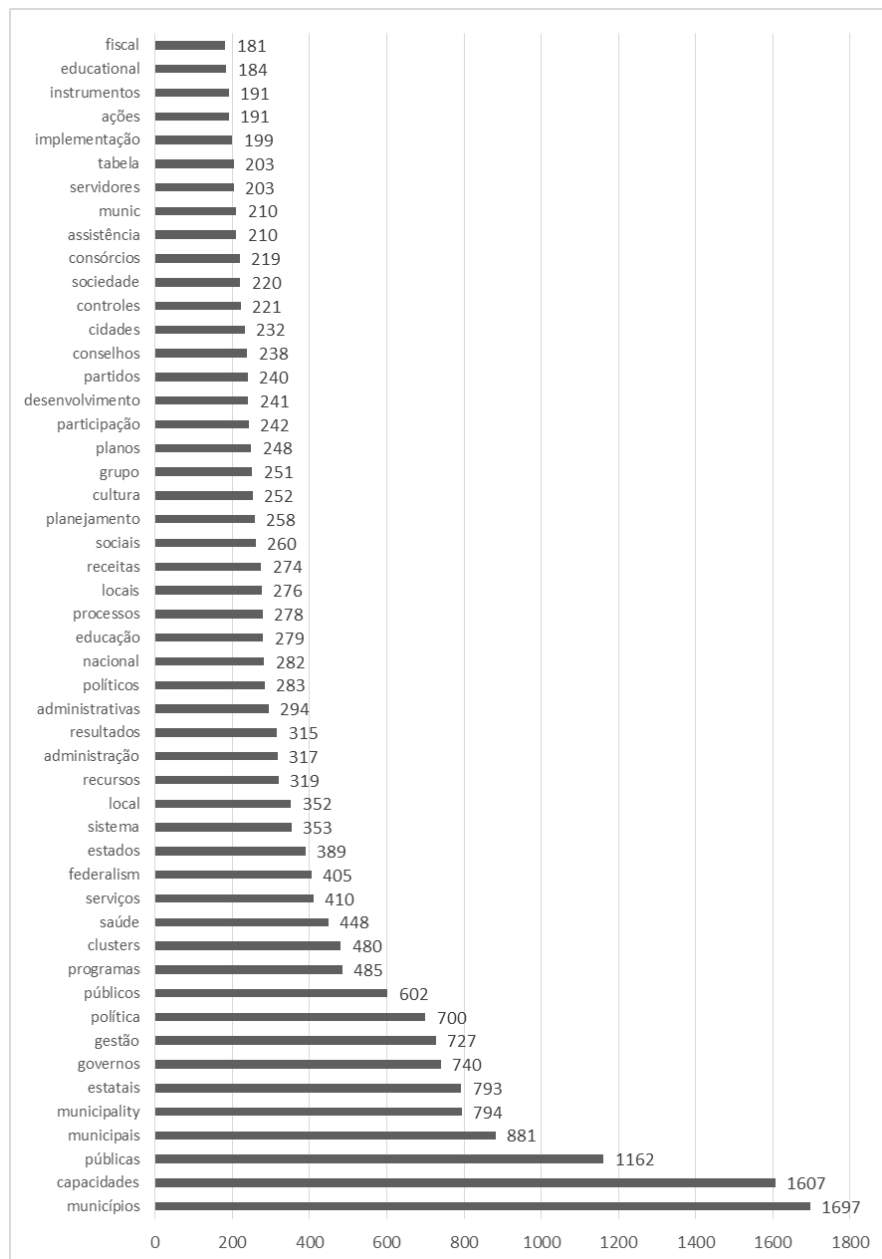
O passo seguinte consistiu em aplicar análise de *cluster* entre os artigos publicados identificados a partir da *string* (Partido* AND Político*). A Figura 6 apresenta o resultado deste procedimento.

Aqui, os nós mais expressivos e centrais têm relação com a *politics*, como eleições, sistema partidário, organização partidária e seleção de carreiras, ideologias, representação, participação, corrupção. Agendas características de *policies*, a exemplo de Sistema Único de Saúde, financiamento da saúde, política ambiental e descentralização de políticas públicas, apresentaram distância em relação aos nós centrais encontrados nesta área de produção.

4 Partidos importam nas políticas públicas?

O procedimento seguinte consistiu em empregar os descritores “Políticas AND Públicas AND Partido*” para destacar publicações dedicadas a analisar políticas públicas dentro de estudos sobre partidos políticos. A série temporal resultante deste levantamento pode ser observada na Figura 7.

Figura 9 – Contagem de palavras para artigos publicados de partidos e políticas públicas (Base Scielo, 1968-2022)



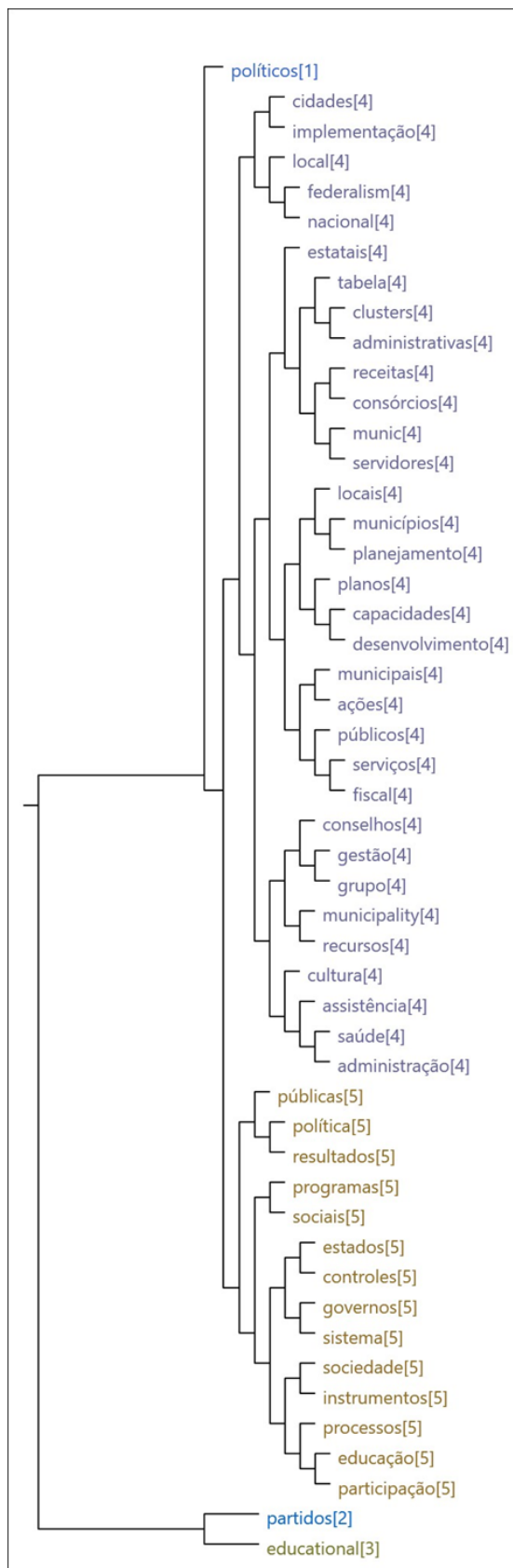
Fonte: elaboração própria (2023).

foram os de números 4 e 5. O número 4 compreende termos referentes a cidades, local, federalismo, receitas, planejamento, gestão, conselhos, saúde, revelando trabalhos focados em governos municipais e relações intergovernamentais federativas. Adicionalmente, o *cluster* 5 parece mais focado na implementação de políticas públicas por governo federal.

Há evidências de que os campos entre partidos e políticas públicas têm baixo entrecruzamento também nos 49 artigos analisados no Scielo. Mas, de que forma eles têm se relacionado? *Policies* explicam *politics*? Ou o inverso? O quanto a organização partidária é determinante na aplicação de políticas públicas? Essas questões serão respondidas a partir de agora.

O estudo de políticas públicas, relacionado ao campo da Ciência Política, inclui conceitos e definições, tais como clientelismo, patronagem, *median voter* e conexão eleitoral. Muitos desses trabalhos já estavam presentes na Ciência Política há bastante tempo (Ames, 2003; Diniz, 1982; Hagopian, 1996; Leal, 2012; Mayhew, 1974; Nicolau, 2006; Nunes, 2003; Souza, 1976). Dos 49 artigos analisados, há apenas uma menção sobre clientelismo, mas nada sobre patronagem, conexão eleitoral ou *median voter* em seus resumos ou palavras-chave, mostrando uma menor preocupação nestes estudos quanto a essas temáticas.

Figura 10 – Dendograma de palavras para artigos publicados de partidos e políticas públicas (Base Scielo, 1968-2022)



Fonte: elaboração própria (2023).

Dos artigos analisados, uma minoria expressiva (29%) cita o termo “partido político”, mas de maneira marginal. Os demais (71%) são os que realmente relacionam partidos e políticas públicas como elementos interconectados. Nesses, os artigos não chegam a realizar de maneira mais sistemática uma investigação na qual os partidos políticos sejam o eixo central da análise.

Na análise aqui realizada, verifica-se que poucos são os artigos nos quais os partidos políticos — ou o sistema partidário — constituem um elemento preditor importante. Nenhum deles, por exemplo, testa o que Lowi (2009) afirma: *policies* explicando *politics*, em outras palavras, como variável dependente. Já como variável independente, são poucos os que conseguem fazê-lo. O principal motivo disso é o pequeno número de casos. Foram vários os artigos que analisam apenas uma dimensão da política pública (administração pública, segurança, saúde, educação etc.) e a relacionam com apenas um governo ou um período (Frente Ampla, PT, PSDB etc.). Isso implica viés, tendo em vista que, nesses estudos, não se comparam uma variedade de partidos e *policies*, sendo, inclusive, metodologicamente questionável, já que muitos desses artigos associam um perfil de política pública a um governo e ao respectivo partido. Ora, os objetivos partidários são inúmeros, e uma organização partidária possui um conjunto de contradições internas, com lógicas bem dissonantes (Bolognesi; Ribeiro; Codato, 2023; Wolinetz, 2002).

No tocante às pesquisas qualitativas, é comum estudos de caso de uma política pública — como Mais Médicos, Reformas do Sistema Único de Saúde (SUS) e do Sistema Único de Assistência Social (Suas), políticas educacionais — em que vários atores da sociedade civil, de secretarias, ministérios, prefeituras e movimentos sociais possuem um peso importante. Apesar desses artigos incluírem os partidos, estes acabam tendo pouco peso na explicação, ou não é possível mensurar o grau de impacto que aquele conjunto de partidos teve na política pública estudada.

Ainda que estes 49 artigos analisados pudessem ser uma resposta científica à figura de *Janus* na Ciência Política, o que se encontrou foi uma dificuldade na conexão entre partidos e políticas públicas. São quase inexistentes os estudos, da Base Scielo, do campo das políticas públicas que o associam a partidos políticos (menos de 1%). E nestes 49 existentes, são pouquíssimos os que realmente conseguem isolar o partido político como variável determinante na aplicação de *policies*. Destarte, é preciso, urgentemente, constituir uma agenda de estudos que envolva as duas dimensões.

5 Conclusões e considerações finais

Partidos políticos e políticas públicas constituem áreas tradicionais, com densas comunidades de pesquisadores e extenso volume de produção. Revisão sistemática realizada junto à Base Scielo permitiu encontrar 13,1 mil artigos publicados em periódicos científicos de 1968 a 2022 contendo “políticas públicas” em seus títulos, resumos ou palavras-chave. Menor, mas ainda importante, foi o volume de trabalhos publicados sobre “partidos políticos”, presentes em 575 artigos publicados neste intervalo temporal. A lembrança de Dye (1972) de que políticas públicas resultam de escolhas — ou não escolhas — governamentais e o lugar ocupado por organizações partidárias nas modernas poliárquias, seja como fiadores do voto dos eleitores, seja como promotores de negociações capazes de minimizar a ciclicidade decisória, deveria servir para que a análise das conexões entre partidos e políticas públicas ocupasse lugar central na agenda de investigadores debruçados sobre ambos os objetos de escrutínio.

Mas não é isto que acontece. Artigos que examinam simultaneamente partidos e políticas públicas representaram tão somente 49 casos, ou 0,37% em relação ao total de trabalhos publicados sobre políticas públicas e 8,5% das contribuições sobre partidos ou sistemas partidários. Mais ainda, examinando as palavras mais citadas nestes 49 artigos, “partidos” ocupou apenas a 36.^a posição, sugerindo tratamento marginal, mesmo nestes trabalhos.

Como entender este estranhamento? É possível que a expansão tardia da Ciência Política no Brasil tenha contribuído para que a natureza inerentemente multidisciplinar das *policy sciences* tenha se manifestado no país sem o *core* representado por Ciência Política/Economi-

a/Administração Pública, que, no plano internacional, contribuiu para estabelecer um fio de prumo responsável por converter uma área de estudos em comunidade epistêmica. Achados de Marengo e Strohschoen (2018) sobre a formação doutoral dos primeiros autores de artigos de políticas públicas, de 1996 a 2016, revelaram maioria de doutores em Educação, Saúde e Sociologia, com apenas 5% de Cientistas Políticos neste grupo. Estudos descritivos de caso e foco nos fatores de entrada parecem resultar das lentes empregadas no perfil dominante dos investigadores do campo no Brasil.

Mas, em paralelo, cientistas políticos parecem ter se satisfeito em esmiuçar a *politics*, sem considerar seus efeitos nas *policies*. Eleições e partidos formaram uma área de estudos que vertebrou a constituição da Ciência Política nacional. Pesquisas sobre comportamento eleitoral, organização partidária e seleção de carreiras políticas, alianças e coalizões, comportamento legislativo, gabinetes partidários, sistemas e reformas eleitorais ganharam musculatura e visibilidade. Mas, “Rodes é aqui”, e se instituições importam — mesmo —, é preciso demonstrar seus efeitos, ou seja, como diferenças nas preferências eleitorais, no perfil dos eleitos, na natureza de coalizões e nos gabinetes partidários, ou em sistemas eleitorais, afetam “quem ganha o que, quando e como”; em outras palavras, os efeitos (re)distributivos de instituições e organizações políticas. Entretanto, este foi um ponto cego na agenda de pesquisas sobre partidos políticos. Os desenhos de pesquisa parecem deter-se no dia dos pleitos eleitorais, em como regras eleitorais afetam a distribuição de vagas, no placar de votações legislativas. Analisar como esses fatores produzem efeitos sobre preferências de gasto público e execução de políticas e serviços públicos parece constituir competência de outro guichê, outro departamento.

Mais recentemente, pesquisadores influenciados pela escola neoinstitucionalista no campo de políticas públicas têm incorporado ferramentas analíticas que procuram chamar a atenção para a configuração institucional e seus efeitos sobre os resultados nas *policies*. Estudos sobre burocracias e capacidades estatais, *street-level bureaucracies*, mudanças endógenas de instituições e políticas, *veto-players*, têm revelado como arranjos institucionais importam na decisão e na implementação de políticas. Mas permanece, ainda, uma zona incógnita, localizada na interseção entre partidos e políticas públicas. Explorar este território pode ser útil para explicar por que políticas permanecem ou mudam.

Referências

- AMES, B. **Os entraves da democracia no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. Citada 1 vez na página 31.
- ARRETICHE, M.; MARQUES, E.; FARIA, C. Introdução – As políticas da política: desigualdades e inclusão nos governos do PSDB e do PT. In: ARRETICHE, M.; MARQUES, E.; FARIA, C. (org.) **As políticas da política: desigualdades e inclusão nos governos do PSDB e do PT**. São Paulo: Editora UNESP, 2019. p. 1–22. Citada 1 vez na página 25.
- ARVATE, P.; AVELINO, G.; LUCINDA, C. Existe influência da ideologia sobre o resultado fiscal dos estados brasileiros? **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 38, n. 4, p. 789–814, out./dez. 2008. Citada 1 vez na página 28.
- BATISTA, M.; DOMINGOS, A.; VIEIRA, B. Políticas públicas: modelos clássicos e 40 anos de produção no Brasil. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais – BIB**, São Paulo, n. 94, p. 1–25, 2020. Citada 1 vez na página 22.
- BERSCH, K.; PRAÇA, S.; TAYLOR, M. State capacity, bureaucratic politicization, and corruption in the Brazilian State. **Governance**, v. 30, n. 1, p. 105–124, 2017. Citada 1 vez na página 26.
- BOIX, C. Political parties and the supply side of the economy: the provision of physical and human capital in advanced economies, 1960-90. **American Journal of Political Science**, v. 41, n. 3, p. 814–845, 1997. Citada 1 vez na página 29.
- BOLOGNESI, B. Organização partidária: modelos de análise e novas agendas. In: BOLOGNESI, B.; SILVA, G. (org.) **Ciências Sociais Hoje: Ciência Política**. São Paulo: Zeppelini Publishers, 2020. p. 161–191. Citada 1 vez na página 22.
- BOLOGNESI, B.; RIBEIRO, E.; CODATO, A. Uma nova classificação ideológica dos partidos políticos brasileiros. **Dados**, v. 66, n. 2, p. 1–29, 2023. Citada 1 vez na página 33.

- BRASIL, F. G.; CAPELLA, A. C. N. Os estudos das políticas públicas no Brasil: passado, presente e caminhos futuros da pesquisa sobre análise de políticas. **Política Hoje**, v. 25, n. 1, p. 71–90, 2016. Citada 2 vezes nas páginas 22 e 26.
- BRASIL, F. G.; CAPELLA, A. C. N. Agenda governamental brasileira: uma análise da capacidade e diversidade nas prioridades em políticas públicas no período de 2003 a 2014. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, São Paulo, v. 24, n. 78, p. 1–22, 2019. Citada 1 vez na página 25.
- BRUNET, J.; BERTÉ, A.; BORGES, C. **O gasto público no Brasil**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. Citada 1 vez na página 28.
- BUDGE, I.; LAVER, M. Office seeking and policy pursuit in coalition theory. **Legislative Studies Quarterly**, v. 11, n. 4, p. 485–506, 1986. Citada 1 vez na página 21.
- BULCOURF, P.; MÁRQUEZ, E.; CARDOZO, N. El desarrollo de la ciencia política en Argentina, Brasil y México: construyendo una mirada comparada. **Anuario Latinoamericano – Ciencias Políticas y Relaciones Internacionales**, Lublin, v. 1, p. 155–184, 2014. Citada 1 vez na página 25.
- CODATO, A.; LORENCETTI, M.; PRATA, B. Elites políticas e representação: uma investigação da literatura contemporânea sobre políticos profissionais. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais – BIB**, São Paulo, n. 95, p. 1–23, 2021. Citada 1 vez na página 23.
- COHEN, M. D.; MARCH, J. G.; OLSEN, J. P. A garbage can model of organizational choice. **Administrative Science Quarterly**, v. 17, n. 1, p. 1–25, 1972. Citada 1 vez na página 26.
- COPPEDGE, M. **A classification of Latin America political parties**. Indiana: Kellogg Institute, University of Notre Dame, 1997. (Working Paper n. 244). Citada 1 vez na página 29.
- DINIZ, E. **Voto e máquina política: patronagem e clientelismo no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. Citada 1 vez na página 31.
- DOWNS, A. **Uma teoria econômica da democracia**. São Paulo: EDUSP, 1999. (Publicado originalmente em inglês em 1957). Citada 2 vezes na página 21.
- DYE, T. **Understanding public policy**. Boston: Longman, 1972. Citada 2 vezes nas páginas 23 e 33.
- ESPING-ANDERSEN, G. **The three worlds of welfare capitalism**. Princeton, New Jersey: Princeton University Press, 1990. Citada 1 vez na página 21.
- FABRE, V.; SCHEFFER, F.; FLACH, L. Interferencias de las ideologías políticas sobre los gastos destinados a gestión ambiental en Brasil. **Contabilidad y Negocios**, v. 15, n. 30, p. 140–156, 2020. Citada 1 vez na página 28.
- FIGUEIREDO, A.; SANTOS, F. Estudos legislativos no Brasil. In: AVRITZER, L.; MILANI, C.; BRAGA, M. (ed.) **A Ciência Política no Brasil: 1960-2015**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2016. p. 187–216. Citada 1 vez na página 22.
- FIORINA, M. Congressional control of the bureaucracy: a mismatch of capabilities and incentives. In: DODD, L.; OPPENHEIMER, B. (ed.) **Congress reconsidered**. Washington, DC: Congressional Quarterly Press, 1981. p. 332–348. Citada 1 vez na página 21.
- GIORA, G. **Social democracia sem Keynes(?)**: avanços e desafios das esquerdas no Brasil, Chile e Uruguai. 2009. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009. Citada 1 vez na página 29.
- GOMIDE, A. Democracy and bureaucracy in newly industrialized countries: a systematic comparison between Latin America and East Asia. **Governance**, v. 35, n. 1, p. 83–102, 2022. Citada 1 vez na página 26.
- GRIN, E.; ABRUCIO, F. O elo perdido da descentralização no Brasil: a promoção das capacidades estatais municipais pelo governo federal. **Revista de Sociologia e Política**, v. 29, n. 77, p. 1–23, 2021. Citada 1 vez na página 26.
- GRZIBOWSKI, D. **A influência da ideologia política na alocação nas despesas públicas por função governamental em municípios do estado do RS**. 2019. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Políticas Públicas) – Universidade Federal da Fronteira Sul, Cerro Largo, RS, 2019. Citada 1 vez na página 28.
- HAGOPIAN, F. **Traditional politics and regime change in Brazil**. Cambridge: Cambridge University Press, 1996. Citada 1 vez na página 31.
- HUBER, J.; POWELL, G. Congruence between citizens and policy makers in two visions of liberal democracy. **World Politics**, v. 46, n. 3, p. 291–326, 1994. Citada 1 vez na página 21.
- KATZ, R.; MAIR, P. **How parties organize**. London: Sage, 1994. Citada 1 vez na página 21.
- KINGDOM, J. **Agendas, alternatives, and public policies**. Boston: Little, Brown & Company, 1984. Citada 1 vez na página 26.

- KLEIN, F. **Elections and fiscal policy at municipal level in Brazil**. 2012. Tese (Doutorado em Administração Pública) – Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2012. Citada 1 vez na página 28.
- LEAL, V. **Coronelismo, enxada e voto**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. Citada 1 vez na página 31.
- LIMONGI, F.; ALMEIDA, M. H. T. de; FREITAS, A. Da sociologia política ao (neo)institucionalismo: trinta anos que mudaram a Ciência Política no Brasil. In: AVRITZER, L.; MILANI, C.; BRAGA, M. (ed.) **A Ciência Política no Brasil: 1960-2015**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2016. p. 61–91. Citada 1 vez na página 22.
- LOWI, T. **Arenas of power**. London: Paradigm Publishers, 2009. Citada 6 vezes nas páginas 22, 29, 30 e 33.
- MANIN, B. **The principles of representative government**. Cambridge: Cambridge University Press, 1995. Citada 1 vez na página 21.
- MARENCO, André; STROHSCHOEN, M. ¿Cada uno en su lugar? **Estado Abierto. Revista sobre el Estado, la administración y las políticas públicas**, v. 3, n. 1, p. 47–75, 2018. Citada 3 vezes nas páginas 22, 25 e 34.
- MARQUES, E.; SOUZA, C. Políticas públicas no Brasil: avanços recentes e agenda para o futuro. In: AVRITZER, L.; MILANI, C.; BRAGA, M. (ed.) **A Ciência Política no Brasil: 1960-2015**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2016. p. 321–346. Citada 1 vez na página 22.
- MAYHEW, D. **Congress: the electoral connection**. New Haven: Yale University Press, 1974. Citada 2 vezes nas páginas 21 e 31.
- MCCUBBINS, M.; NOLL, R.; WEINGAST, B. Structure and process, politics and policy: administrative arrangements and the political control of agencies. **Virginia Law Review**, v. 75, n. 2, p. 431–482, 1989. Citada 1 vez na página 21.
- MOREIRA, M. **Partidos políticos e políticas de assistência social nos municípios brasileiros: uma análise do impacto dos partidos no período entre 2005 e 2012**. 2015. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015. Citada 1 vez na página 28.
- MULLER, W.; STROM, K. **Policy, office or votes? how political parties in Western Europe make hard decisions**. Cambridge: Cambridge University Press, 1999. Citada 1 vez na página 21.
- NICOLAU, J. O sistema eleitoral de lista aberta no Brasil. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 49, n. 4, p. 689–720, 2006. Citada 1 vez na página 31.
- NUNES, E. **A gramática política no Brasil: clientelismo e insulamento burocrático**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003. Citada 1 vez na página 31.
- OLIVEIRA, A. **Representação programática em 16 democracias presidencialistas: América Latina, 2000-2010**. 2014. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014. Citada 1 vez na página 29.
- OLIVEIRA, V.; MADEIRA, L. Judicialização da política no enfrentamento à covid-19: um novo padrão decisório do STF? **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 35, p. 1–44, 2021. Citada 1 vez na página 26.
- PIRES, R.; LOTTA, G.; OLIVEIRA, V. (org.) **Burocracia e políticas públicas no Brasil: interseções analíticas**. Brasília, DF: Ipea: Enap, 2018. Citada 1 vez na página 26.
- PRZEWORSKI, A.; STOKES, S.; MANIN, B. **Democracy, accountability, and representation**. Cambridge: Cambridge University Press, 1999. Citada 2 vezes na página 21.
- RODRIGUES, G. **Partidos políticos e gastos públicos em Santa Catarina: a influência das ideologias partidárias nas decisões de investimento**. 2010. Tese (Doutorado em Sociologia Política) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010. Citada 1 vez na página 28.
- SABATIER, P. (ed.) **Theories of the policy process**. Oxford: Westview Press, 1999. Citada 1 vez na página 26.
- SANTOS, F.; BATISTA, C.; DUTT-ROSS, S. Ideologia *versus* Sociologia na política estadual brasileira. **Revista de Economia Política**, v. 38, n. 4, p. 670–689, 2018. Citada 1 vez na página 28.
- SARTORI, G. **La política**. México: Fondo de Cultura Económica, 1984. Citada 2 vezes na página 21.
- SÁTYRO, N. **Política e instituições e a dinâmica das políticas sociais nos estados brasileiros: uma análise após a redemocratização**. 2008. Tese (Doutorado em Ciência Política) – IUPERJ, Universidade Cândido Mendes, Rio de Janeiro, 2008. Citada 1 vez na página 28.
- SÁTYRO, N. Política estadual e desigualdade: por que alguns estados brasileiros redistribuem mais do que outros? **Dados**, v. 56, n. 3, p. 497–530, 2013. Citada 1 vez na página 28.

SÁTYRO, N.; FREITAS, R.; ZANETTI, D.; BARBOSA, P. Comparando políticas sociais em governos de esquerda. **Caderno CRH**, Salvador, v. 32, n. 85, p. 125–148, 2019. Citada 1 vez na página 25.

SOUZA, M. C. **Estado e partidos políticos no Brasil (1930-1964)**. São Paulo: Alfa-Omega, 1976. Citada 2 vezes nas páginas 22 e 31.

TSEBELIS, George; HA, Eunyoung. Coalition theory: a veto players' approach. **European Political Science Review**, v. 6, n. 3, p. 331–357, 2013. Citada 1 vez na página 22.

WITTMAN, D. **The myth of democratic failure: why political institutions are efficient**. Chicago: University of Chicago Press, 1995. Citada 1 vez na página 22.

WOLINETZ, Steven. Beyond the catch-all party: approaches to the study of parties and party organization in contemporary democracies. In: GUNTHER, Richard; MONTERO, Javier; LINZ, Juan (ed.) **Political parties: old concepts and new challenges**. Oxford: Oxford University Press, 2002. p. 136–165. Citada 1 vez na página 33.

Contribuições dos autores

Os autores tiveram contribuições iguais para a elaboração deste trabalho.